

Com tarifaço batendo na porta, governo prepara respostas políticas e econômicas

Entenda os impactos das tarifas de 25% dos EUA impostas a produtos brasileiros

Por **Gabriela Gallo**

Faltando menos de 24 horas para o governo dos Estados Unidos (EUA) definir se implementará (ou não) as tarifas de 25% contra produtos brasileiros, prazo que termina nesta quarta-feira (15), o governo federal se prepara para responder sobre as novas taxas norte-americanas na exportação de produtos brasileiros aos EUA.

Apesar da recente decisão do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, em voltar atrás sobre a cobrança de um pedágio de 20% no Estreito de Ormuz, o Palácio do Planalto e especialistas consideram que as chances de Trump desistir do tarifaço são muito baixas.

“É improvável que o governo americano desista totalmente da retórica tarifária, dado o perfil de política externa de Donald Trump. O mais provável é o uso de adiamentos ou a concessão de isenções setoriais em troca de alinhamentos específicos em outras pautas de interesse dos EUA (como propriedade intelectual, regulação digital ou compras governamentais)”, detalhou o professor de Economia do Ibmec Brasília Renan Silva, em conversa com o Correio da Manhã.



Lula e Trump quando se encontraram em Kuala Lumpur

CULPA EM FLÁVIO

Nos bastidores, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) já articula uma nota de repúdio ao governo americano, reiterando a soberania nacional e defendendo o multilateralismo, e direcionará parte da culpa das aplicações das tarifas contra o senador e pré-candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

Além disso, nesta terça-feira (14) o ministro da Fazenda Dario Durigan afirmou que a equipe econômica do governo federal pode editar uma

nova medida provisória (MP) para socorrer os setores da economia que vierem a ser atingidos pelo novo tarifaço. O ministro não descartou que o governo possa vir a acionar a Lei da Reciprocidade.

“A gente chegou a suspender a tramitação do processo de reciprocidade, seguindo a lei do Congresso Nacional, quando houve uma suspensão do tarifaço. Agora, acho que é provável que, uma vez consultado o presidente Lula, retome o processo de reciprocidade”, detalhou Durigan.

Vale destacar que, baseado no histórico do primeiro tarifaço dos EUA ao Brasil em agosto de 2025, uma das justificativas de Trump para implementar as medidas era a investigação contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que era investigado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e posteriormente foi condenado por tentativa de golpe de Estado. No caso de Flávio, o timing do comunicado das tarifas dos EUA contra o Brasil ter sido feito dias após o encontro entre o senador e o

presidente dos Estados Unidos, contribuíram para uma narrativa de responsabilizar o senador.

Do outro lado, a tendência é que Flávio e seus aliados reforcem a narrativa de que as tarifas são resultado de uma má relação entre Lula e Donald Trump.

O Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR) afirma que as tarifas gerais de 25% para produtos brasileiros é resultado de uma investigação de uma suposta prática desleal contra produtos americanos. Cita medidas como o Pix, acordos comerciais com outros países e a proteção de propriedade intelectual norte-americana (combate à pirataria). Além disso, vale destacar que, para além das taxas de 25% os EUA acusam o Brasil de integrar um grupo de países que, em tese, falha no combate ao trabalho forçado, o que pode determinar uma tarifa adicional de 12,5%. Ou seja, se forem confirmadas ambas as tarifas, a taxa contra produtos brasileiros pode chegar a 37,5%.

O economista e gestor de riscos Rodrigo Provazzi avalia que, baseado nas informações disponíveis até o momento, ambas as tarifas “podem ser cumulativas”.

Senado aprova pauta-bomba: impacto de R\$ 27 bi

Por **Gabriela Gallo**

O plenário do Senado Federal aprovou nesta terça-feira (14) a Proposta de Emenda à Constituição que cria aposentadoria diferenciada para os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias (PEC 14/2021). A medida foi aprovada por 73 votos favoráveis e somente um contrário, em ambos os turnos da votação.

Como o texto fora aprovado previamente na Câmara dos Deputados, segue agora para promulgação. O texto é considerado uma das “pautas-bombas” para o governo federal no Congresso porque resulta em um impacto fiscal de R\$ 27,9 bilhões para o Orçamento ao longo de dez anos, porque altera o regi-

me de previdência social do grupo.

Sob a relatoria do senador Irajá (PSD-TO), o texto determina a redução da idade mínima para aposentadoria desses profissionais de 63 anos para 57 anos no caso de mulheres e de 65 anos para 60 anos no caso dos homens. Se aprovada a medida, a aposentadoria é possível desde que os interessados comprovem 25 anos de contribuição e de efetivo exercício na atividade profissional. A regra também vale para agentes comunitários indígenas tanto de saúde quanto de saneamento.

O novo período de aposentadoria será implementado em um regime de transição que ocorrerá até 2041. Servidores que contribuíram ao menos 25 anos até 2030 terão

uma aposentadoria especial de idade mínima de 50 anos para mulheres e idade mínima de 52 anos para homens. Para os trabalhadores que completarem o período mínimo de contribuição até 2035, a idade mínima de 52 anos para mulheres e 54 para homens. Até 2040, a idade mínima para mulheres será de 54 anos e para os homens será 56 anos. E finalmente, a partir de 2041, passa a valer a idade mínima de contribuição de 57 para mulheres e 60 para homens.

Além do governo federal, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) também se posicionou contra a medida, classificando-a como inconstitucional por impor que os municípios adotem as novas regras previdenciárias.



Na galeria do Senado, agentes de saúde comemoram a aprovação